

# Monitor

## mercantil

Rio de Janeiro, sábado, domingo, 2ª e 3ª feira, 5, 6, 7 e 8 de setembro de 2020

ANO CVII - Nº 28.705  
R\$ 1,50 (Rio de Janeiro)  
R\$ 3,00 (outros estados)

Siga [twitter.com/sigaomonitor](https://twitter.com/sigaomonitor)  
Acesse [monitormercantil.com.br](http://monitormercantil.com.br)



ISSN 1980-9123

### CBS aumenta carga tributária para empresas do Simples

O governo retirou a urgência da proposta de reforma tributária enviada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso. A alegação é de que a discussão traria a pauta de outros assuntos urgentes. Mas o real motivo é a má recepção do projeto, tanto pelos parlamentares, quanto pelos empresários.

Um ponto pouco observado ainda e de grande relevância é o impacto que o proposto poderá ter para as empresas tributadas no regime Simples Nacional. O diretor-executivo da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos, explica: “Nas análises prévias que realizamos na parte da Reforma proposta pelo Guedes, com a unificação de PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), já podemos afirmar que, se nada for alterado, tem um aumento no custo das empresas do Simples Nacional que vendem a varejo ou prestam serviços a consumidor final, ou seja a ponta da cadeia.”

Segundo o proposto no Projeto de Lei do Ministério da Economia, estabelece uma alíquota única de 12% para as empresas tributadas no lucro real e presumido, cujo impacto se dará de diferentes formas de acordo com a tributação.

Dependendo da composição de custos e despesas de cada empresa o impacto nos preços varia entre zero e 12%. “O problema está para as empresas que fornecem serviço ou mercadoria para o consumidor final ou empresas optantes pelo Simples Nacional, em que o impacto chegará ao preço final sem choro nem alternativa”, explica Richard.

Para as optantes do lucro real fornecedoras de produtos e serviços a empresas (exceto empresas tributadas no Simples Nacional), o impacto nos preços vai de zero a 2,75%.

### Vendas de imóveis tiveram alta de 10,5% no segundo trimestre

O informe trimestral da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) mostra que as vendas de imóveis, aos poucos, superaram o impacto causado pela pandemia de Covid-19. Em junho, o número de unidades vendidas pelas incorporadoras associada à entidade foi de 12.707, registrando aumento de 25% em relação ao mesmo mês em 2019.

Mas a incerteza do cenário econômico impactou os novos lançamentos. Foram 17.912 unidades lançadas no segundo trimestre, representando queda de 33,4% na comparação com igual período do ano passado. Enquanto o total de unidades lançadas nos 12 meses encerrados em junho foi de 102.542 nos 12 meses encerrados em junho, após um leve declínio de 1,9% frente aos 12 meses anteriores.

“Os números mostram que o setor mantém o ritmo positivo, apesar do impacto da pandemia. Acreditamos que as incorporadoras voltarão em breve ao nível de lançamentos de antes em pouco tempo, aumentando investimentos em novos empreendimentos e gerando mais empregos”, afirma o presidente da Abrainc, Luiz Antonio França.

## Tesouro gastou R\$ 3 tri com BC em 10 anos



Fattorelli: títulos são utilizados para remunerar sobra de caixa dos bancos

### Política monetária consome centenas de bilhões de reais do orçamento federal

O Banco Central repassará R\$ 325 bilhões ao Tesouro Nacional para ajustar na gestão da dívida, já que o “colchão de liquidez” destinado a isso está sendo consumido na batalha com o mercado financeiro para colocar títulos com juros mais baixos.

Porém o que não tem divulgação “é o fato de que, nos últimos 10 anos, o Tesouro Nacional gastou quase R\$ 3 trilhões com o Banco Central, conforme dados oficiais”, afirma Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

“Há anos temos denunciado o funcionamento distorcido e danoso

da política monetária exercida pelo Banco Central, que tem consumido centenas de bilhões de reais do dinheiro do orçamento federal anualmente. O Tesouro Nacional emite e entrega títulos da dívida pública ao BC sem contrapartida financeira, ou seja, o BC não paga por esses títulos”, explica Fattorelli.

“No entanto, o Tesouro paga juros ao BC sobre esses títulos. Só essa parte da ‘política monetária’ custou, nos últimos 10 anos, R\$ 2,79 trilhões, sendo R\$ 1,67 trilhão de renúncia financeira e R\$ 1,12 trilhão de juros que o Tesouro pagou ao Banco Central”, calcula a especialista.

O que o Banco Central faz com esses títulos da dívida pública que recebe de graça do Tesouro? Segundo Maria Lucia Fattorelli, a maior parte é destinada às chamadas “operações compromissadas”, instrumento que no Brasil tem sido desvirtuado e usado de forma abusiva pelo BC para, na prática, remun-

nerar a sobra de caixa dos bancos, como o antigo overnight. “O volume dessas operações chega a cerca de 20% do PIB no Brasil, algo que não encontra paralelo em nenhuma parte do mundo”, exclama.

Segundo a coordenadora da Auditoria Cidadã, foi por causa desse mecanismo que aquele R\$ 1,2 trilhão de liquidez liberado pelo BC em 23/3/2020 não chegou a ser emprestado à sociedade em geral, levando milhões de empresas, principalmente as pequenas, a fecharem as portas por falta de crédito.

“Esse mecanismo foi também o principal responsável pela fabricação da crise financeira que enfrentamos no Brasil a partir de 2015, como temos denunciado. O abuso na utilização das operações compromissadas esteriliza a maior parte do dinheiro que deveria ficar disponível para empréstimos, gerando uma falsa escassez de moeda, que provoca a elevação dos juros de mercado”, finaliza.

## Mais de 70% da população depende do SUS

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) sobre 2019, divulgados pelo IBGE nesta sexta-feira, confirmam que a maioria absoluta da população depende do Sistema Único de Saúde (SUS) – criado pela Constituição de 1988 – para ter atendimento médico, hospitalar ou dentário.

“A PNS 2019 revela aquilo que já vínhamos dizendo há tempos”, diz Elgiane Lago, secretária de Saúde da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). “Acabar com o SUS significa deixar sem atendimento médico a maioria absoluta das brasileiras e brasileiros”.

A pesquisa mostra que 74% das pessoas não possuem plano médico de saúde, e somente 28,5% (59 milhões de pessoas) têm plano médico ou odontológico. Entre os 26% que têm plano médico, 46,2% eram titulares que pagavam os cus-



tos sem auxílio do patrão, enquanto 45,4% dependiam parcial ou integralmente do empregador para pagar os custos, “são trabalhadoras e trabalhadores que ainda têm carteira assinada”, acentua Elgiane.

Apenas 2,2% dos trabalhadores

### VINHO ETC.

Espanha: grande vinhedo, vibrante e remodelado

Miriam Aguiar, página 4



### OPINIÃO

Aos sobreviventes, haverá uma onda de consolidação

Marco França, página 2



### OPINIÃO DO ESPECIALISTA

Fundos internacionais renderam até 75% este ano

Paulo Cunha, página 5



### Diretor do BC ameaça elevar juros se mexerem no Teto

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Fabio Kanczuk, ameaçou aumentar os juros caso governo ou Congresso mexam no Teto de Gastos. A alegação, feita em uma live, é de que “sem o fiscal, não dá para fazer política monetária”.

“Todas as decisões, inclusive as de política monetária, estão sendo brutalmente influenciadas pelo fiscal”, comentou. Segundo Kanczuk, não será possível manter as orientações divulgadas pelo BC a respeito dos juros se o teto não for respeitado. Para o diretor, não vale a pena “correr riscos” na política monetária, ainda que a inflação siga baixa.

O Teto dos Gastos limita, por 20 anos, a correção das despesas primárias do governo à inflação. Esse engessamento não se aplica aos gastos com a dívida pública.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,3032
Dólar Turismo	R\$ 5,4600
Euro	R\$ 6,2735

Cotações das moedas fornecidas pela plataforma BomCâmbio

IGP-M	2,23% (julho) 2,74% (agosto)
IPCA-E RJ (fev.) SP (set.)	0,25% 1,32%
Iuan	R\$ 0,7749
Ouro (gr)	R\$ 331,99
Selic	2%
Hot Money	0,82% a.m.

# A necessária recuperação do Fundo de Desenvolvimento Científico

Criado pela Lei 719, de 31/7/1968, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sempre teve como objetivo básico dotar o país de uma infraestrutura científica e tecnológica que permitisse colocar a Ciência brasileira em uma posição de destaque no cenário internacional. Em 1980, o Brasil ocupava a 28ª posição entre as nações que mais produzem novos conhecimentos. Hoje, ocupa a 13ª. Nos dizeres do seu idealizador, o ex-ministro Reis Velloso, o FNDCT iria criar todas as condições para no futuro avançar na área tecnológica e no que hoje entendemos como inovação tecnológica.

No início, o financiamento era feito integralmente pelo Tesouro Nacional, seja com recursos próprios, seja com empréstimos internacionais obtidos junto ao Banco Mundial e ao BID, que foram fundamentais para modernizar a infraestrutura científica brasileira. Com o tempo estes recursos foram diminuindo, chegando a uma situação crítica que durou de 1991 a 1998.

Surgiu então em 1989 uma nova fonte, os chamados fundos setoriais, aportando ao FNDCT recursos privados oriundos de receitas da atividade econômica em áreas como petróleo, energia, pagamento de serviços tecnológicos do exterior, entre outros.

O investimento passou a ser crescente, atingindo valores da ordem de R\$ 7,2 bilhões em 2010, que foram integralmente utilizados tanto para o apoio às instituições científicas, como para empresas de base tecnológica, usando recursos não reembolsáveis, via subvenção econômica, ou via empréstimos a empresas, através da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que desde o início vem atuando como secretaria-executiva do FNDCT.

São várias as evidências do efeito positivo da aplicação destes recursos, imunes a processos de corrupção que com muita frequência ocorrem no sistema público brasileiro. Como consequência o Brasil foi se consolidando como um grande produtor de novos conhecimentos. Também investiu em várias empresas que hoje são líderes importantes em suas áreas de atuação, como Embraer, WEG, Embraco, Natura, entre outras.

No entanto, a partir de 2015, as autoridades econômicas de diversos governos passaram a não mais disponibilizar recursos arrecadados pelos fundos setoriais, introdu-

zindo um jargão perverso, com termos como “contingenciamento” e “reserva de contingência”.

Em 2018, a equipe que dirigia a Finep, tendo à frente Marcos Cintra, chegou à conclusão que era necessário evitar esta sangria de recursos, transformando o FNDCT de fundo contábil em fundo financeiro, que pudesse ser empregado em sua plenitude, sempre que bons projetos surgissem.

Com o apoio da comunidade científica, foram criadas as condições para apresentação ao Congresso Nacional de um projeto de lei visando preservar e disponibilizar todos os recursos arrecadados anualmente pelo FNDCT. Este será o começo a ser percorrido para que o FNDCT alcance uma situação de estabilidade financeira e de capacidade de investimento programado.

## Câmara tem que aprovar logo projeto que garante recursos do FNDCT

Surge assim o PL 135/2020, apresentado ao Senado Federal pelo senador Izalci Lucas e que recebeu emendas de vários senadores, como Otto Alencar, Roldolfo Rodrigues, Jayme Campos, Lasier Martins, Leila de Barros, Jaques Wagner e Rose de Freitas.

Em todas as discussões, aperfeiçoamentos foram introduzidos, e ao final o texto enfatiza os seguintes pontos: (a) Art.11, parágrafo 2: “É vedada a imposição de quaisquer limites à execução da programação financeira relativa às fontes vinculadas ao FNDCT, exceto quando houver frustração na arrecadação das receitas correspondentes”; parágrafo terceiro: “É vedada a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira”.

Estes são, a meu ver, os pontos fundamentais. As emendas incorporadas preveem uma ampliação do percentual que pode ser utilizado para operações de crédito pela Finep, que foram ampliadas para até 50% do valor arrecadado. Ainda que preferiria não ver percentuais fixados, deixando-os para serem definidos pelo Conselho Diretor do FNDCT, lembro que as operações de crédito

são importantes para o desenvolvimento tecnológico. Esses valores são restituídos após alguns anos, vindo a constituir hoje uma das principais fontes de recursos do FNDCT.

A segunda emenda prevê a utilização de até 25% dos recursos para apoio às organizações sociais vinculadas ao MCTI. Entre elas destacamos o CNPEM, onde se encontra a fonte de Luz Síncrotron Sirius, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), e a Embrap, que vem atuando no sentido de aproximar os institutos de pesquisa com as empresas. Todas, instituições que desempenham relevante papel no desenvolvimento científico e tecnológico. Elas são completamente diferentes de outras organizações sociais que vem se tornando mais conhecidas pelas matérias nas páginas policiais dos órgãos de imprensa.

O ponto fundamental é fortalecer a estrutura relacionada com o FNDCT, como as duas agências (Finep e CNPq), os comitês gestores de cada fundo setorial (que não se reúnem há alguns anos) e o seu Conselho Diretor, que deve deixar de ter um papel figurativo, homologando decisões tomadas no âmbito do MCTI, e passarem a ser o principal protagonista na definição das prioridades do FNDCT.

Cabe registrar que o PL foi aprovado no Senado Federal quase por unanimidade, registrado apenas o voto contrário do senador Flávio Bolsonaro.

Importante enfatizar que a aprovação do PL 135 foi sobretudo fruto da mobilização da comunidade científica e empresarial, até mesmo enfrentando uma posição contrária do governo. Esta semana, o PL 135 foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Fundamental neste momento ampliar a mobilização junto às lideranças e a todos os deputados federais para que seja votado o mais rapidamente possível e ir à sanção presidencial.

Estamos correndo contra o tempo, e é fundamental que os recursos do FNDCT venham reverter, em curto prazo, o estado de quase paralisia das atividades de pesquisa científica e tecnológica na maioria das instituições brasileiras.

### Wanderley de Souza

Professor titular da UFRJ, é membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina e ex-presidente da Finep.

## A toda velocidade

Está claro – e bastante batido pela imprensa – a narrativa dos juros baixos nas economias maduras e, mais recentemente, no Brasil. A Selic, na casa de 2%, vai forçar movimentos nunca vistos. Na superfície destes, vemos a bolsa voltar a patamares pré- crise, a despeito da Covid e das incertezas no curto prazo, relativas ao mercado. A confiança de empresários e gerentes em geral ainda não voltou, apesar dos 100 mil pontos da B3.

Os últimos acontecimentos de compras e ofertas agressivas de empresas listadas demonstram a busca pelo controle do fluxo e estão menos pautados na clássica arbitragem de múltiplos de valor entre empresas listadas e não listadas. Quem pode está tentando controlar o fluxo de qualquer forma.

No lado das empresas não listadas, continuamos a perceber a dificuldade dos agentes financeiros mais tradicionais de ponderar a liberação de crédito com sobrepeso na análise clássica de balanço patrimonial, subestimando a análise do modelo de negócios e a capacidade do time gestor.

Ainda que reconheçamos a beleza e a dificuldade de se emprestar às Pequenas e Médias Empresas (PME) com base em critérios mais abrangentes, entendemos que o modelo mais tradicional de liberar dinheiro ainda vai preponderar e deixará órfã boa parte do mercado por algum tempo. Sairão na frente os fundos e agentes que tiverem a competência e método para escalar uma nova forma de análise. Talvez a combinação de operadores de empresa experientes aliados à análise de crédito seja a solução no médio prazo.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, o chamado FIDC, está se multiplicando para o benefício da economia real. E ainda existe muito espaço para crescer no mal explorado nicho de PME e de empresas em situações pontuais de estresse, sem falar na área de Fundos de Situações Especiais (*Special Situations* no jargão inglês).

A briga pelo processo de originação vai acontecer nos anos vindouros, e veremos as taxas de juros caírem substancialmente aos tomadores de crédito. Bom para as empresas, uma vez que elas terão mais

chance de sucesso, lucratividade, longevidade e de acesso a juros que caibam no seu orçamento.

Apesar da queda da Selic, as taxas de crédito disponíveis à PME estão na casa de sete vezes a Selic para uma vasta gama de empresas no Brasil. Há que desconsiderar os movimentos recentes de produtos com subsídio de governo que ficam em torno de 10%. Mas a demanda aqui é infinita, e o capital, finito. O lucro bruto das empresas PME situa-se, em média, em torno de 10% a 15% ao ano, isso sem considerar necessidades de giro e investimento que afetam o caixa líquido no fim do dia.

Aos sobreviventes da Covid, haverá uma onda de consolidação de empresas e oportunidades de crescimento. Veremos empresas, agentes econômicos e plataformas de tecnologia se amalgamarem de forma cada mais intrincada nos próximos anos. A velocidade com que as peças estão se mexendo no tabuleiro da economia brasileira é surpreendente.

### Marco França

Engenheiro pela PUC, é sócio da Auddas.

## O que fazer agora?

Em tempo de afastamento social, muitas pessoas ficaram disponíveis no mercado de trabalho. Mas a pergunta que muitos podem estar se fazendo é: por que eu? Logo após o desligamento, muitas dúvidas surgem. Foi minha culpa? Não fui bom o suficiente? Poderia ter feito algo diferente? A mais angustiante, fala do futuro: o que fazer agora?

Algumas ideias são acentuadas pelo desempregado. Voltar a estudar – fazer uma especialização, empreender, aceitar uma nova posição com remuneração menor ou mudar de área. Qualquer que seja o caminho que escolher, é preciso deixar o desespero momentâneo do choque e refletir nas suas habilidades, incapacidades e necessidades do mercado.

A primeira coisa a fazer é se convencer de que crises sempre existiram, e isso faz parte da vida. Uma são mais fortes, e outras, não. É importante avaliar se a situação é pessoal ou conjuntural.

Respondendo às perguntas anteriores: voltar a estudar? Estudar exatamente para quê? O mercado está precisando disso? No que vai me ajudar? Decidir se dedicar apenas aos estudos exige atenção. Ficar fora do mercado por muito tempo, mesmo que para ficar estudando, pode prejudicar o retorno. Quando o mercado reaquecer, posso acabar ficando fora dele. A pergunta é: o meu estudo está me preparando para competir com pessoas mais bem formadas e experientes?

Abriu o próprio negócio? Gostar da cafeteria é uma coisa, gerir é outra. Abrir um negócio é gostar de resolver problemas, é gostar de servir pessoas, é estar disposto a estudar empreendedorismo. Negócios que não suprem necessidades específicas não são sustentáveis. Negócio próprio cada vez mais deixa de ser algo romântico e é ocupado por profissionais. Ver isso como solução para o desemprego deve ser objeto de profundo planejamento.

Ganhar menos? Se o dinheiro está curto, deixe as pessoas saberem que você está disponível. Escolher funções com maiores desafios, mesmo com remuneração menor, é algo que exigirá mais de você, mas vai gerar menos frustração. Isso afasta a impressão de retrocesso na carreira, mais adiante é mais fácil retornar ao patamar anterior.

Mudar de carreira? É para a mesma área ou para outra totalmente diferente? Essa é uma decisão complexa. Começar do zero sempre traz efeitos na vida pessoal. Na crise é desaconselhável a mudança de carreira. Historicamente, nas crises, a lógica por trás das demandas de mercado de contratação é por pessoas que mais se aproximam das suas reais necessidades. Ou seja, com experiência e formação ideais. Não sobrando espaço para novatos.

Gostaríamos de acrescentar uma opção a ser considerada por você. Imagine que você passou anos desenvolvendo habilidades e acumulando conhecimentos específicos para servir empresas enquanto funcionário. Isto tem um valor significativo, e certamente existem muitas empresas que gostariam de contar com o seu conhecimento, mas não estão empregando. Correto? Mas talvez o que elas não saibam é que podem contar com a sua ajuda de uma maneira mais independente.

A consultoria empresarial independente é a alternativa para que muitos negócios encontrem soluções para os reais problemas que enfrenta. A intervenção da consultoria pode ser rápida e precisa a ponto de salvar uma empresa da falência. Você pode ser um verdadeiro agente de mudanças em todo o processo e ser remunerado por isso. Você sabia disso? Talvez já saiba, mas sabe como fazer? Conheça os detalhes do C5.0, programa de mentoria para desenvolvimento profissional.

### Luiz Affonso Romano

Consultor organizacional há 5 décadas, é coordenador da pesquisa “Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil” 2012 a 2019 e CEO do Laboratório da Consultoria.

### Clesio Landini

Consultor empresarial há 3 décadas e professor universitário há 15 anos, é coordenador pedagógico do Curso de Administração Unip.

# Monitor mercantil

Empresa jornalística fundada em 1912

### Administração/Redação/Oficinas

Rua Marcílio Dias, 26 - CEP 20221-280

Telefone: (21) 3849-6444



www.monitormercantil.com.br

### Correio eletrônico

Redação:

redacao@monitormercantil.com.br

Negócios e Empresas

empresas@monitormercantil.com.br

Monitor Financeiro:

monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br

Pautas:

pautas@monitormercantil.com.br

Cartas:

cartas@monitormercantil.com.br

Publicidade:

publicidade@monitor.inf.br

Gráfica:

grafica@monitormercantil.com.br

### São Paulo

Administração/Redação/Comercial

Avenida São Gabriel, 149/902

Itaim - CEP 01435-001

Telefones: (11) 3165-6192

(11) 3165-6233 / 3165-6252

Fax: (11) 3168-6817

Correio eletrônico: monitor.interpress@

hipermetelecom.com.br

### Brasília

Armazém de Comunicação

SCS - Ed. Denasa S/1301

Tel/Fax: 61-33213440

CEP: 70398-900

e-mail:armazem@armazemdecomunicacao.com.br

### CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Mineiro

João Paulo de Almeida Magalhães  
(em memória)

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Raulfo Vidigal Ribeiro

Theotonio dos Santos  
(em memória)

Filiado à



Assinatura: assinatura@monitormercantil.com.br

Assinatura trimestral .....R\$ 99,00

Assinatura semestral .....R\$ 198,00

Assinatura anual .....R\$ 396,00

Avulso (RJ) .....R\$ 1,50

Avulso (outros estados).....R\$ 1,80

Carga tributária aproximada de 14%

Distribuidor em Brasília: Mídia Distribuidora de Jornais Ltda.

ADE 28 Lote 11 Águas Clara

CEP: 71991-360 - Brasília - DF

Tel.: 55(61) 3204-0888 - Fax: 55(61) 3204-0801

midia@distribuidora@grupomidia.com.br / www.grupomidia.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal  
Serviços noticiosos: Agência Brasil, Latino Americana

# Cesta básica acumula alta de 6,60% até agosto

## Governo projeta inflação de 2,09% para corrigir salário mínimo

Os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta (conforme Decreto-lei 399/38) durante um mês, aumentaram em 13 capitais pesquisadas em agosto. Em outras quatro cidades, o custo da cesta básica. Os dados são da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em São Paulo, única capital onde foi realizada coleta presencial, a cesta custou R\$ 539,95, com alta de 2,90% na comparação com julho. No ano, o preço do conjunto de alimentos aumentou 6,60% e, em 12 meses, 12,15%. Com base na cesta mais cara, que em agosto foi a de São Paulo (R\$ 539,95), o Dieese estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 4.536,12, o que corresponde a 4,34 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.045.

O cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. O tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta, em agosto, foi de 99 horas e 24 minutos, maior do que em julho, quando ficou em 98 horas e 13 minutos. Mas essa linha de racio-

ínio não foi seguida pelo Ministério da Economia, para justificar uma queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica para impactar o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (alterado para 7,5% a partir de março de 2020, com a Reforma da Previdência), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em agosto, na média, 48,85% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em julho, o percentual foi de 48,26%.

O valor do óleo de soja apresentou alta em todas as capitais, com destaque para Campo Grande (31,85%), Aracaju (26,47%), Rio de Janeiro (22,39%) e Porto Alegre (21,15%). As demandas interna e externa têm elevado as cotações da soja e derivados.

Os preços do leite integral e da manteiga tiveram aumento em 16 e 12 capitais, respectivamente. As elevações nos valores do produto variaram entre 1,43%, em Brasília, e 11,10%, em Curitiba. Apenas em Vitória, o preço ficou estável. As altas no custo da manteiga ficaram entre 0,26%, em Salvador, e 5,73%, em Goiânia. A necessidade de refazer esto-

ques, a competição por matéria-prima e a baixa disponibilidade de leite no campo culminaram em elevação de preço dos derivados lácteos.

O preço médio do arroz agulhinha registrou alta em 15 capitais, com destaque para Porto Alegre (17,91%), Campo Grande (13,61%) e Goiânia (10,56%), ficou estável em Curitiba e recuou -1,45% em Brasília. O aumento se deve à retração dos produtores, que aguardam melhores preços para comercializar o cereal e efetivaram apenas vendas pontuais.

De julho para agosto, o valor do pão francês subiu em 13 cidades e variou de 0,23%, em São Paulo, a 9,78%, em Salvador. Em Belo Horizonte e Belém, o preço não variou. As quedas aconteceram em Florianópolis (-0,86%) e Curitiba (-1,41%). As cotações dos derivados de trigo tiveram aumento devido à valorização do dólar diante do real.

Em 12 capitais, o valor médio da carne bovina de primeira registrou alta: variou de 0,59%, em Aracaju, a 8,89%, em Campo Grande. Em Natal, o preço apresentou estabilidade e, em outras quatro cidades, houve queda: Porto Alegre (-0,55%), Vitória (-0,59%), Florianópolis (-0,90%) e Brasília (-1,35%). A baixa oferta de animais para abate no campo e o desempenho recorde das exportações, em especial para a China, resultaram em preços elevados.

O preço do feijão recuou em 14 capitais. O tipo carioca, pesquisado no Norte, Nordeste, Centro-

Oeste, em Belo Horizonte e São Paulo, variou entre -25,53%, em Campo Grande, e -1,47%, em Brasília. Já o custo do feijão preto, pesquisado nas capitais do Sul, em Vitória e no Rio de Janeiro, subiu em Porto Alegre (5%), Curitiba (3,27%) e na capital fluminense (0,82%). Já em Vitória (-1,41%) e Florianópolis (-1,96%), o valor médio diminuiu. A fraca demanda pelo grão carioca, mesmo com a baixa oferta, explicou a queda dos preços. Para o tipo preto, a importação supriu a falta do feijão nacional, que está em fase de plantio, e o preço aumentou devido ao câmbio desvalorizado.

A batata, pesquisada no Centro-Sul, teve o custo reduzido em todas as cidades. As quedas oscilaram entre -0,52%, em Vitória, e -27,35%, em Curitiba. Mesmo com a demanda retraída, o avanço da colheita elevou a oferta do tubérculo e os preços caíram.

Devido à pandemia do coronavírus, o Dieese suspendeu, em 18 de março, a coleta presencial; desde então, a entidade realiza uma tomada especial de preços à distância para verificar o custo da cesta básica em 16 das 17 capitais onde o levantamento é realizado. A pesquisa só tem sido feita presencialmente na cidade de São Paulo, com menor número de pesquisadores e em horários em que os estabelecimentos comerciais estão mais vazios. As feiras livres, que fazem parte da pesquisa regular, não estão sendo pesquisadas em nenhuma cidade.

ASSOCIAÇÃO DOS  
**EMBAIXADORES**  
DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO

**AMIGO DO RIO**

www.embaixadoresdorio.com.br

**FATOS & COMENTÁRIOS**

Marcos de Oliveira  
e Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Joga pedra nos marajás, mas o alvo é o Estado

Matéria publicada pelo **Monitor Mercantil** desmonta a tese de que os servidores públicos recebem vencimentos estratosféricos: 48% dos funcionários ligados ao Poder Executivo – incluindo 61% dos servidores municipais – ganham até R\$ 2.500 por mês, de acordo com o Atlas do Estado Brasileiro. O estudo foi feito pelo Ipea com base em dados de 2017.

O Atlas revela outros números interessantes, que ficam de fora da atual discussão pois desmentem a tese dos que propõem fazer uma mudança que leve o Estado brasileiro de volta ao início do século 20. Por exemplo, a mediana (simplificando, o valor do meio de um conjunto de dados) da remuneração no Executivo federal é de R\$ 2.589 (dado corrigido em janeiro de 2019), enquanto no Legislativo é de R\$ 3.420 e no Judiciário de R\$ 10.542. A mediana de vencimentos no nível federal corresponde quase ao dobro da mediana do estadual e 3,5 vezes à das remunerações nos municípios. Cerca de 93% dos servidores do Executivo federal ganham menos de R\$ 10 mil por mês, enquanto no Judiciário mais de 50% ganham acima deste valor. E não são apenas os juizes, que representam algo em torno de 5% do funcionalismo do Judiciário.

A estrutura da remuneração no serviço público reflete, de certa forma, a desigualdade na sociedade, apenas num patamar superior. Justamente os vencimentos desse patamar são usados na campanha para demonizar o funcionalismo. Porém eles ficaram de fora da mudança, assim como os militares, confirmando que o objetivo é desmontar o Estado.

De quebra, abrir espaço para contratar cabos eleitorais e pessoas indicadas sem concurso. No início das agências reguladoras era assim: escondidos sob a capa de “seleção dos melhores currículos”, muitos apaniguados entraram para o serviço público, atendendo às requisições de quem os indicou. Só após a adoção de currículo a situação nas agências começou a melhorar.

## Guardiões do Bolsonaro

“Se a reforma fosse séria, começaria na direção oposta, extinguindo cargos com indicação política e sem concurso”, detona o deputado Professor Israel Batista (PV/DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

“Isso abre brecha para o apadrinhamento, loteamento de cargos na administração pública e o velho patrimonialismo brasileiro. Os guardiões do Crivella exemplificam perfeitamente o que acontece quando se retira o concurso público e a estabilidade. São agentes públicos que funcionam como vassallos dos políticos”, complementa.

A proposta de reforma enfraquece o Estado e traz imensos prejuízos, afirma Batista. “Se as regras propostas agora já fossem válidas desde 2019, não haveria universidade pública após as perseguições do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub. Os órgãos de pesquisa também teriam sofrido um grave desmonte. Servidores do Ibama, do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente não teriam a menor chance de oferecer qualquer resistência à sanha destruidora de ‘passar a boiada’ orquestrada por Ricardo Salles.”

## Viúvos do Muro de Berlim

Os testes das duas primeiras etapas e detalhes da vacina russa foram publicados, com louvor, em uma revista científica de ponta. Falta a terceira fase.

Como deve estar a cara dos viúvos do Muro de Berlim, que ainda veem comunistas maus (devem achar isso pleonasma) por todos os cantos? Bom, não devem ter mudado. Realidade é algo distante para essa gente.

## Número 1

Segundo a Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, o Hospital Adventista Silvestre é o primeiro colocado no ranking em realização de transplantes de fígado no país. A rede chegou a 750 procedimentos em 10 anos.

## De ouro

O biquinho do Gatito no VAR arranhou e causou mau contato num plug, diz não auditado laudo do fornecedor inglês da CBF. Solução: trocar por novo. Orçamento: 53 mil reais. O VAR (uma espécie de laptop) dá de brinde carro zero? Aliás, Gatito bobou: desse bicão que dava no mesmo!

## Rápidas

Estão abertas as inscrições o Start Gerdau, projeto Start realizado em colaboração com o Instituto Ser+ e apoiado pela Accenture para formação e capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social; nesta edição, especificamente, os da cidade do Rio de Janeiro. Interessados: [bitly.com/GOBYT](https://bit.ly.com/GOBYT) até 11 de setembro \*\*\* No próximo dia 10, às 20h, a Faculdade BSSP realizará a primeira colação de grau online para os concluintes da primeira turma de graduação tecnológica em Gestão de Recursos Humanos.

## Inflação para famílias de baixa renda avança em 0,55%

O Índice de Preços ao Consumidor - Classe I (IPC-C1) de agosto subiu 0,55%, ficando 0,05 ponto percentual (p.p.) acima de julho quando registrou taxa de 0,50%. Com este resultado, o indicador acumula alta de 2,22% no ano e 3,08% nos últimos 12 meses. Em agosto o IPC-Br variou 0,53%. A taxa do indicador nos últimos 12 meses ficou em

2,77%, nível abaixo do registrado pelo IPC-C1.

Nesta apuração, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação: alimentação (0,13% para 0,76%), educação, leitura e recreação (-0,61% para 0,09%), despesas diversas (0,25% para 0,58%) e saúde e cuidados pessoais

(0,54% para 0,61%). Nessas classes de despesa, vale destacar o comportamento dos itens: hortaliças e legumes (-12,48% para -7,55%), cursos formais (-1,55% para -0,17%), serviços bancários (0,22% para 0,81%) e artigos de higiene e cuidado pessoal (0,52% para 1,00%).

Em contrapartida, os grupos Transportes (1,12% para 0,68%), habitação (0,90%

para 0,61%), comunicação (0,40% para 0,12%) e vestuário (-0,25% para -0,42%) apresentaram recuo em suas taxas de variação. Nestas classes de despesa, vale citar os itens: gasolina (3,73% para 2,68%), tarifa de eletricidade residencial (2,33% para 1,00%), mensalidade para TV por assinatura (1,59% para 0,44%) e roupas (-0,40% para -0,54%).

## Bolsonaro retira pedido de urgência na reforma tributária

O presidente Jair Bolsonaro retirou o pedido de urgência de tramitação da proposta de reforma tributária, que foi entregue ao Congresso Nacional em julho. A mensagem foi publicada nesta sexta-feira em edição extra do *Diário Oficial da União*.

“A urgência da CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços) trancaria a pauta e causaria pressão desnecessária na discussão sobre o tema, que continua prioritário, mas

segue ritmo próprio na Comissão Mista da Reforma Tributária”, explicou a Secretária Especial de Fazenda do Ministério da Economia, em nota.

O tipo de encaminhamento das proposições determina o tempo de tramitação nas diversas comissões. Podem ser urgentes, de tramitação com prioridade e de tramitação ordinária.

Pela Constituição Federal, quando o presidente solicita urgência para análise de pro-

jetos de sua iniciativa, a Câmara e o Senado têm 45 dias, cada Casa, para apreciar a matéria. Caso isso não aconteça, o projeto passa a trancar a pauta e as demais votações ficam interrompidas, até que o texto seja votado. No caso da reforma tributária, o prazo terminaria neste sábado.

O texto entregue ao Congresso é a primeira parte da proposta do governo e trata apenas da unificação de impostos federais e estaduais num futuro Imposto sobre

Valor Agregado (IVA) dual.

O novo imposto prevê a unificação de diversos tributos em dois: um federal e outro regional. Em tese, tributos como os impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre Operações Financeiras (IOF) poderiam ser unificados, mas, no nível federal, a proposta é que o IVA fundirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro – SINDISEP/RJ, inscrito sob o CNPJ Nº 29.295.892/0001-87, convoca todos os servidores públicos federais, regidos pela lei 8.112/90, dos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Cabo Frio, Petrópolis e Teresópolis para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 10 de setembro de 2020, em primeira convocação às 10h30, e em segunda e última convocação às 11h00, em acordo com as disposições estatutárias, através da plataforma eletrônica, em link que será enviado para os filiados e disponibilizado na página oficial do Sindicato às 13h45 e presencial na Sede do Sindicato. Para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Instauração da Greve, ou estado de Greve, a partir do dia 14/10; 2) Outros assuntos de interesse da categoria.

Diretoria Colegiada do SINDISEP-RJ.

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

**PSB**

Socialismo e Liberdade

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro-PSB no Município de Duque de Caxias, nos termos do art. 28, b, do Estatuto Partidário c/c art. 10 do Regimento Interno do PSB, **CONVOCA** a todos os filiados do PSB nesta circunscrição a se reunirem a partir das 18 horas do dia 15 de setembro, no endereço <https://us02web.zoom.us/j/89777175030>, para discutir e deliberar sobre os seguintes temas: 1) escolha dos candidatos para as eleições municipais de 2020; 2) aprovação de eventual coligação para a candidatura majoritária nas eleições municipais de 2020.

Duque de Caxias, 4 de setembro de 2020.

**José Zumba Clemente da Silva**  
Presidente do Partido Socialista Brasileiro no Município de Duque de Caxias

**QUEIROZ PETRO S.A.**  
CNPJ/MF nº 30.915.318/0001-63

**Edital de Convocação de AGOE.** A Queiroz Petro S.A., sediada na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51 - 7º andar-parte, RJ, RJ, através de sua Diretoria, devidamente representada por sua Diretora-Superintendente, Viviane dos Santos Saraiva, **CONVOCA** através do presente edital, todos os acionistas da Queiroz Petro S.A. para AGOE, que será realizada na sede da Queiroz Petro S.A., às 10h, do dia 30/09/2020, para deliberar a seguinte ordem do dia: (a) Em sede de AGO: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos nos anos de 2018 e 2019; e 2. Deliberar sobre a destinação dos resultados apurados nos respectivos exercícios; e, (b) Em sede de AGE: Reeleger os membros da atual Diretoria, para um mandato de 02 anos. Os seguintes documentos estarão à disposição dos acionistas, na contabilidade da Queiroz Galvão S.A., localizada na Rua Santa Luzia, nº 651, 2º mezanino, Centro, RJ/RJ: cópia das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 2018 e 2019. RJ, 02/09/2020. **Viviane dos Santos Saraiva** - Diretora-Superintendente.

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

**PSB**

Socialismo e Liberdade

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro-PSB no Município de Itaboraí-RJ, nos termos do art. 28, b, do Estatuto Partidário c/c art. 10 do Regimento Interno do PSB, **CONVOCA** a todos os filiados do PSB nesta circunscrição a se reunirem a partir das 19 horas do dia 15 de setembro de 2020, no endereço **Rua Acúrcio Torres nº 419 - Outeiro das Pedras - Itaboraí - RJ**, para discutir e deliberar sobre os seguintes temas: 1) escolha dos candidatos para as eleições municipais de 2020; 2) aprovação de eventual coligação para a candidatura majoritária nas eleições municipais de 2020. Itaboraí, 04 de setembro de 2020.

**Jocivaldo Lopes da Silva**  
Presidente do Partido Socialista Brasileiro no Município de Itaboraí

# VINHOS ETC.

Miriam Aguiar



## Um grande vinhedo, vibrante e remodelado

Apesar da existência de videiras na Espanha desde a chegada dos fenícios na região de Andaluzia há cerca de 3 mil anos, a conquista de um espaço mais significativo no âmbito da vitivinicultura de qualidade demorou a se consolidar e tem muito a agradecer aos avanços da enologia moderna. Hoje, as inovações (sejam as que foram introduzidas pela tecnologia, sejam as que reinventam técnicas tradicionais) se combinam com a herança de alguns tesouros, que afirmam a sua natural aptidão para a produção de vinhos e colocam a Espanha no alto do pódio da vitivinicultura internacional. Isso se cristalizou em números: seu vinhedo é o primeiro em superfície plantada e o terceiro mais produtivo (em vinhos) do mundo.

Quais os principais marcos desse desenvolvimento? Após o *start* advindo da ocupação romana há mais de 2 mil anos, a expansão da economia vinícola sofreu com conflitos religiosos e foi inibida pela difícil troca entre as regiões, devido à própria configuração geográfica espanhola – um mosaico de serras e vales. Na segunda metade do século XIX, a destruição generalizada da *Phylloxera vastatrix* poupou a Espanha inicialmente e favoreceu a melhor estruturação de seu vinhedo, especialmente na região da Rioja, que atraiu investimentos de negociantes bordaleses atingidos pela praga em território francês. De certo modo, o *savoir faire* enológico dos franceses estimulou o nascimento de grandes bodegas que ganharam destaque no século XX e serviram de modelo para outras regiões.

De forma mais efetiva, a entrada na União Europeia em 1986 veio dar um impulso ao desenvolvimento espanhol em diversos segmentos, inclusive no de vinhos. Facilidades fiscais e reformas institucionais estimularam o crescimento da economia no setor de vinhos e em campos que promovem o seu consumo, como cultura, turismo e entretenimento. Empreendedores de novas gerações criaram bodegas modelo, com alta tecnologia e arquitetura arrojada, valorizando também a apresentação dos vinhos, o design dos rótulos e a promoção do enoturismo. Essa entrada é importante para renovar um modelo tradicional em que muitos viticultores não fazem o próprio vinho e grandes bodegas concentram a produção, ainda em certa medida existente.

A qualidade dos vinhos hoje se apoia em sistemas de regulamentação bem definidos, que geram credibilidade no consumidor. Vale citar as referências mais precisas das expressões *Crianza*, *Reserva*, *Gran Reserva* – categorias de maturação dos vinhos em barrica e garrafa. Em 2003, consolidou-se a reforma do sistema de denominação de origem pela *Ley de la Viña e Vino*, substituindo o antigo *Estatuto de la Viña, del Vino y los Alcoholes*, de 1970. Além do alinhamento entre nomenclaturas próprias e categorias similares válidas para todos os países produtores da União Europeia: *Denominación de Origen = DOP (Denominación de Origen Protegida)*; *Viño de la Tierra = IGP (Indicación Geográfica Protegida)* – foram criadas categorias particulares para abrigar produções de excelência. É o caso da *DoCa (Denominación de Origen Calificada)*, elegível apenas para regiões com mínimo de 10 anos como DO e hoje restrita às regiões da Rioja e Priorat. Foram criadas também as *DO Pagos* – produções de uma única propriedade em vinhedo com microclima particular, como os *Grands Crus* franceses.

Mas nada disso seria tão relevante sem os próprios tesouros. A começar pelas cepas autóctones, que ajudam na afirmação da identidade do vinho espanhol. Tempranillo puxa a lista, hoje posicionada como a terceira variedade de uva tinta (para vinhos finos) mais plantada mundialmente. Com muito menor extensão internacional, como as famosas francesas, é na Espanha mesmo que essa cepa faz maravilhas, podendo gerar desde vinhos mais frescos, ricos em aromas de frutos vermelhos a potentes vinhos de guarda, como em Ribera del Duero, Rioja Alta e Toro.

Climas e solos variados, incluindo áreas oceânicas, mediterrâneas e grande porção continental com altitudes de 600 a 1000 metros acima do mar favorecem a adaptação de cepas diferentes e a produção de vinhos com perfis distintos, alguns em processo de construção de uma identidade. Os símbolos de qualidade (Jerez, Rioja, Ribera del Duero, Cava) se revigoram e outros surgem provocando curiosidade. Ali de fato a modernidade se insinua de forma veemente, com uma face *easy drinking*, outra de pequenos produtores que buscam a autoria de vinhos que expressem o *terroir*, além daqueles que guardam a soberania clássica do Velho Mundo.

Nos próximos artigos, seguimos com Espanha.

Para inf's sobre as Masters Class Online de Miriam Aguiar e os cursos da Cafe Formations, de Bordeaux – Instagram: @miriamaguiar.vinhos, e-mail: maguiarvinhos@gmail.com



Diretório Municipal Rio de Janeiro  
PSB Carioca  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município do Rio de Janeiro, PSB Carioca, nos termos do art. 28, b, do Estatuto Partidário c/c art. 10 do Regimento Interno do PSB, CONVOCA a todos os filiados e filiadas do PSB nesta circunscrição, que estejam em dia com suas obrigações partidárias de acordo com o art. 8 do referido Estatuto, a se reunirem a partir das 18 horas do dia 16 de setembro de 2020, via plataforma de webconferência Zoom (<https://us02web.zoom.us/j/86314117409>), para discutir e deliberar sobre os seguintes temas: 1) escolha dos candidatos a vereadores para as eleições municipais de 2020; 2) aprovação de eventual coligação para a candidatura majoritária nas eleições municipais de 2020.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2020.  
Cezar Nogueira  
Presidente do Partido Socialista Brasileiro  
no Município do Rio de Janeiro - RJ

# Procura de empréstimo por empresas cresce 6,2% em julho

O Indicador de Demanda das Empresas por Crédito da Serasa Experian informou, nesta sexta-feira que a procura de crédito pelas empresas cresceu 6,2% no mês de julho em comparação com o mês anterior. Foi o terceiro mês seguido de alta na busca por dinheiro emprestado pelas pessoas jurídicas.

O crescimento na procura por crédito em julho, na comparação com junho, teve como destaque as micro e pequenas empresas, que in-

fluenciaram a alta com variação mensal de 6,4%. As médias e grandes apresentaram elevação de 1% e 0,7%, respectivamente.

Na mesma comparação temporal, o setor de serviços registrou alta de 6,4% na procura por crédito, seguido pelo de comércio (6,2%) e indústria (5,7%).

De acordo com economista da Serasa Experian Luiz Rabi, a recente reabertura do comércio e a retomada das vendas presenciais tem

causado forte impacto na demanda das empresas por crédito. Segundo ele, o cenário deve se repetir nos próximos meses. “A procura por linhas de crédito deve continuar em expansão nos próximos levantamentos. No entanto, é importante ressaltar que as empresas precisam ter planos de negócios seguros para o uso desses recursos, a fim de evitar o endividamento descontrolado”, destacou.

Na comparação anual dos resultados de julho de 2020

frente ao mesmo mês do ano passado, a demanda por crédito pelas empresas apresentou recuo de 0,1% e atingiu o menor patamar da série histórica, iniciada em 2008. Em relação aos portes, as micro e pequenas empresas registram alta de 0,1% enquanto as médias e grandes tiveram queda de 5,8% e 2,1%, respectivamente.

Apenas o setor de serviços cresceu, com resultado de 2,1%. O comércio teve queda de 1,9% e a indústria, 2,9%.

## Reabertura das lojas de departamento impulsiona recuperação do crédito

Após o pânico vivido nas primeiras semanas da pandemia, quando foi praticamente paralisado, o mercado de crédito continua dando passos largos para recuperar os patamares anteriores à crise. Em julho, uma das maiores contribuições para este retorno aos melhores dias veio da reabertura das lojas de departamento. Segundo o Índice Neurotech de Demanda por Crédito (INDC), que mensura o número de solicitações de financiamentos mensais nos segmentos de varejo, bancos e serviços, houve um aumento de 57% nos pedidos de empréstimos feitos neste tipo de comércio em relação ao mês anterior.

O diretor de Produtos e Sucesso do Cliente da Neurotech, Breno Costa explica que no auge do isolamento social este setor foi um dos mais afetados já que seu maior volume de concessões de crédito acontece justamente dentro dos próprios estabelecimentos. “Com as lojas físicas fechadas, isso deixou de ser possível. Mas a recuperação está relacionada tanto à reabertura do comércio quanto à adaptação de muitas redes para conceder o crédito online”, explica Costa.

O estudo mostra que a recuperação já havia começado a acontecer em junho, pois na comparação dos vo-

lumes registrados naquele mês em relação a maio já era possível constatar um aumento de 13%.

Contudo, os números mostram o tamanho da gravidade da crise quando se observa que mesmo com estes avanços ainda há um gap negativo de 19% na demanda em relação a janeiro.

O Índice Neurotech de Demanda por Crédito (INDC) abrange um universo de 94 empresas instituições financeiras e varejistas e mensura o apetite do brasileiro ao crédito. Nem todas as milhões de consultas mensais registradas se transformam em concessão de crédito, pois o processo depende de fatores

como o perfil da pessoa que está fazendo a solicitação, o apetite ao risco da financeira e se há ou não indícios de fraude.

A Neurotech é uma empresa especialista na criação de soluções avançadas de Inteligência Artificial, Machine Learning e Big Data que transformam um mundo de informações dispersas em informações relevantes para que as empresas obtenham resultados incrementais expressivos prevendo novas oportunidades de negócios. Há quase 20 anos no mercado a Neurotech já implantou mais de 500 soluções em crédito, varejo, seguros e mercado financeiro.

## Produção da indústria de eletros cresce 12,9%

A produção da indústria elétrica e eletrônica cresceu 12,9% no mês de julho de 2020 em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, conforme dados do IBGE agregados pela Abinee. Esse foi o terceiro incremento consecutivo após três quedas seguidas. Com isso, a produção da indústria elétrica e eletrônica retoma os patamares verificados no início do ano, antes

da pandemia de Covid-19.

Ao comparar com julho de 2019, observa-se elevação de 8,1%, com aumento de 9,1% na área eletrônica e incremento de 7,2% na área elétrica. “O nosso setor vem dando sinais claros de recuperação e os resultados mais favoráveis verificados nos últimos três meses sugerem uma franca retomada, com reposição de empregos, mas certa cautela é observada, afinal desconhe-

mos como esse fatídico vírus se comportará nos próximos meses”, diz o presidente da Abinee, Humberto Barbato.

Ele ressalta ainda que a indústria elétrica e eletrônica foi uma das primeiras a sentir os impactos do coronavírus em sua atividade - quando o problema ainda estava concentrado apenas na China -, mas já apresenta maior consistência no processo de retomada dos níveis de produção. “Essa é

uma prova de resiliência e dinamismo de um setor que vive de inovação”, ressalta.

### Acumulado

No acumulado de janeiro a julho de 2020, a produção industrial do setor eletroeletrônico caiu 11,2%. Esse resultado decorreu tanto da queda de 12% da área eletrônica, quanto da retração de 10,4% da área elétrica.

**DEEPFLEX DO BRASIL INDÚSTRIA DE DUTOS FLEXÍVEIS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CNPJ/MF: 17.365.192/0001-32 - NIRE: 33.209.416.219  
**Convocação para Reunião de Sócios. A DeepFlex do Brasil Indústria de Dutos Flexíveis e Participações Ltda. ("Sociedade")** vem, por meio do presente anúncio, convocar seus quotistas a comparecer à Reunião de Sócios que será realizada na sede da Sociedade, localizada na Rua da Candelária, nº 60, sala 901, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia **16 de setembro de 2020**, às 11:00 horas, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre (i) o pedido de recuperação judicial ou o requerimento de falência por parte da Sociedade; e (ii) autorização para que a administração da Sociedade tome as medidas necessárias para implementar o que vier a ser definido pelos sócios. Caso o quórum de instalação não seja atingido em primeira convocação, os quotistas estão, desde logo, convocados a comparecer ao conclave em segunda convocação, que ocorrerá no mesmo dia às 12:00 horas no endereço da sede da Sociedade acima indicado. Os quotistas também poderão participar da reunião por telefone, através das instruções abaixo: Telefone: + 55 11 4861-1470 ou + 55 11 2820-4000 - Código de Acesso: 2566 235#. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2020. **DeepFlex do Brasil Indústria de Dutos Flexíveis e Participações Ltda.** - Fernando Friedheim.

**COSME VELHO PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 18.311.361/0001-14 - NIRE 33.3.0030826-1  
**Ata da AGO realizada em 12/08/20. Data, Horário e Local.** No dia 12/08/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, nº 25/1.804, Centro/RJ, **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, nos termos do Art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia.. **Mesa.** Presidente: Rodrigo Brandão Feitosa. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) o Relatório de Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; e (iv) outros assuntos de interesse social. **Deliberações.** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício social findo em 31/12/19, publicados em 04/08/20, no DOERJ e no Monitor Mercantil. (ii) Considerando o lucro apurado no exercício social findo em 31/12/19 no valor de R\$15.217.701,58, aprovar a seguinte destinação: a) o montante de R\$760.885,08 para a conta de reserva legal e b) o montante remanescente para a conta de reserva de lucro. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2020 em até R\$100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do Art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos do interesse social: **a)** Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Cia. e o Parecer dos Auditores Independentes. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e **b)** Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **RJ, 12/08/20. Mesa: Rodrigo Brandão Feitosa - Presidente.** Jucerja em 02/09/20 sob o nº 3927902. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

**EVLTVZ VI CAMPOS NOVOS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF: 08.635.011/0001-50 - NIRE: 33.3.0028119-3  
**Ata da AGO realizada em 15/07/2020. 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 15/07/2020, às 11h, na sede da EVLTVZ VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A., ("Cia"), situada na Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, RJ/RJ – Brasil, CEP: 22775-022. **2. Presenças:** Registrada em livro próprio da Cia a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. Presentes também, na qualidade de convidados, os Administradores da Cia e o representante da firma de auditoria denominada Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **3. Publicações:** O relatório da administração, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019 e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 06/07/2020 no DOERJ, págs. 07 a 10, e no jornal Monitor Mercantil, págs. 10 a 13. **4. Convocação:** Dispensada a convocação na forma do art. 124 § 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia. **5. Mesa:** Dentre os presentes foi convidado para presidir a mesa o Sr. João Pinheiro Nogueira Batista e, para secretária-lo, a Sra. Renata Alvarez Vieira. **6. Ordem do Dia:** Conforme convocação enviada diretamente para os acionistas da Cia, fazem parte da Ordem do Dia os seguintes assuntos: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2019; (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2019; (iii) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; (iv) fixar a remuneração da Diretoria; e (v) fixar a remuneração do Conselho Fiscal. **7. Deliberações:** Superada a fase dos debates, foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas da Cia, as seguintes deliberações: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Uma vez tomadas as contas dos Administradores da Cia, foram aprovados, sem ressalvas, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, bem como examinado o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2019. (ii) Aprovada a proposta da administração no sentido de que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2019, no montante de R\$ 7.743.596,19, seja destinado da seguinte forma: (i) R\$ 387.179,81 para constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 5.517.312,28 para constituição da Reserva de Retenção de Lucro; e (iii) R\$ 1.839.104,10, para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas. (iii) Os Acionistas presentes deliberaram pela não instalação do Conselho Fiscal no exercício de 2020, não sendo cabível, nesta ocasião, a eleição de seus membros. (iv) Aprovado o não pagamento de remuneração aos Diretores, neste exercício, tendo em vista que os mesmos já ocupam cargos na administração de outras sociedades pertencentes ao grupo econômico de sua acionista controladora e dela já percebem pagamento em montante suficiente à absoluta manutenção de suas remunerações globais. **8. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Cia os documentos submetidos à apreciação prévia dos acionistas e demais participantes da presente Assembleia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que vai assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. A publicação da ata se dará conforme autorizado pela Assembleia nos termos do § 2º do art. 130 da Lei 6.404/76. **10. Assinaturas:** Mesa: **Presidente** – João Pinheiro Nogueira Batista; **Secretária** – Renata Alvarez Vieira. (A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.). RJ, 15/07/2020. Jucerja nº 3906640 em 31/07/2020.

# CDC continua sendo o mais utilizado na compra de veículos

As vendas financiadas de veículos em agosto de 2020 somaram 503,6 mil unidades, entre novas e usadas. Esse número representa uma queda de -5,4% em relação a agosto de 2019 e engloba veículos novos e usados – incluindo motos, autos leves e pesados – em todo o país.

O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) registrou alta na comparação com julho de 2020 e continua sendo a categoria de financiamento mais utilizada pelos consumidores, com 86,8% de participação. O Consórcio ficou estável, com participação de 12,0% na preferência dos consumidores em agosto, contra 12,8% em julho.

Os números são da B3, que opera o Sistema Nacio-

nal de Gravames (SNG), a maior base privada do país, que reúne o cadastro das restrições financeiras de veículos dados como garantia em operações de crédito em todo o Brasil.

O maior impacto negativo foi observado nas vendas a crédito de veículos 0km, que tiveram queda de -26,5% entre os autos leves na comparação com agosto de 2019. Já as vendas financiadas de autos usados tiveram impacto positivo, com alta de 1,9%, na mesma base de comparação.

“A queda de 5,4% observada em agosto de 2020 na comparação com o mesmo mês de 2019 foi impactada pela menor quantidade de dias úteis no mês neste ano.

Considerando apenas os dias

úteis, a redução seria de apenas 0,9% nas vendas a crédito. Nesse comparativo, agosto seria o primeiro mês após o início da pandemia com impactos praticamente neutros em relação ao ano passado”, avalia Tatiana Masumoto Costa, superintendente de Planejamento da B3.

## Veículos novos

Entre os automóveis leves, as vendas a crédito de zero quilômetro atingiram 86,8 mil unidades em agosto de 2020, queda de -26,5% sobre agosto de 2019; já as vendas financiadas de leves usados registraram alta de 1,9% na mesma base de comparação e somaram

312,3 mil unidades.

Segundo a B3, o volume de financiamentos de veículos – incluindo autos leves, motos e pesados, novos e usados – realizados em agosto foi o quarto maior da série histórica.

Em relação a faixa de uso, entre todos os autos leves comercializados a crédito em agosto de 2020, 86.810 são zero quilômetro, 77.896 têm até três anos de uso e 140.145 de unidades somam entre quatro e oito anos de uso.

O prazo de financiamentos para automóveis leves aumentou em relação a agosto de 2019, para 44,2 meses. O maior prazo para crédito foi observado entre os autos seminovos com até anos de uso, com 45,8 meses.

## Índia proíbe uso de aplicativos chineses

A China está profundamente preocupada e se opõe firmemente à proibição da Índia sobre 118 aplicativos chineses, declarou o Ministério do Comércio.

“O lado indiano abusou do conceito de segurança nacional e tomou medidas discriminatórias e restritivas contra as empresas chinesas, violando as regras e

regulamentos relevantes da Organização Mundial do Comércio”, disse Gao Feng, porta-voz da pasta, em uma entrevista coletiva online.

A Índia anunciou na quarta-feira a proibição do uso de 118 aplicativos chineses no país, descrevendo-os como “prejudiciais à soberania e integridade e defesa da Índia, à segurança do Estado e

à ordem pública”, reslto.

Gao apontou que as ações do governo indiano prejudicam não apenas os direitos e interesses legítimos dos investidores e provedores de serviços chineses, mas também os interesses dos consumidores indianos e o ambiente de investimento do país como uma economia aberta.

“A China insta o lado in-

diano a corrigir suas práticas erradas”, disse Gao, enfatizando que a cooperação econômica e comercial entre os dois países é mutuamente benéfica e que a Índia deve se esforçar para criar um ambiente de negócios aberto, justo e equitativo para investidores e provedores de serviços internacionais, incluindo as empresas chinesas.

## Pesquisa sobre requisitos para investimentos em valores mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lançou nesta sexta-feira uma pesquisa que visa avaliar o grau de conhecimento do investidor pessoa física sobre aplicações em produtos de securitização e de private equity & venture capital.

A pesquisa chama-se Requisitos para Investimentos em Valores Mobiliários, conduzida pela Assessoria

de Análise Econômica e Gestão de Riscos da Comissão de Valores Mobiliários (ASA/CVM). O material, em forma de questionário, será base para produção de estudo de análise de impacto regulatório sobre os requisitos gerais para investimentos em valores mobiliários, explicou a autarquia.

Interessados em responder o questionário têm até

24 deste mês para participar. Acesse o link (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdLdBoal519zPXwOLqkvCqBkD-MLPx6a-6C8FgWnkBSn54Y4FA/viewform>).

Segundo Bruno Luna, chefe da ASA/CVM, atualmente esses produtos são restritos principalmente a investidores qualificados, que possuem investimentos com valor su-

perior a R\$ 1 milhão. Mas, diante do cenário econômico do Brasil, com aumento relevante no número de brasileiros investindo nos mais diversos produtos financeiros nos últimos anos, a CVM priorizou para 2020 a elaboração de um estudo para analisar os impactos em possíveis alterações nos requisitos gerais para investimento em valores mobiliários.

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**  
  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 A Presidente do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro-PSB no município de Saquarema - Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 28, b, do Estatuto Partidário c/c art. 10 do Regimento Interno do PSB, **CONVOCA** a todos os filiados do PSB nesta circunscrição a se reunirem a partir das 20 horas do dia 15 de setembro de 2020, por meio de convenção virtual, através do link <https://meet.google.com/ctz-gigi-khv>, para discutir e deliberar sobre os seguintes temas: 1) escolha dos candidatos às majoritárias de 2020; 2) escolha dos candidatos à eleição proporcional de 2020; 3) aprovação de eventual coligação para as eleições municipais de 2020; 4) assuntos gerais. Saquarema, 05 de setembro de 2020.  
**Luciana de Queiroz Pinto**  
**Presidente do Partido Socialista Brasileiro**  
**no Município de Saquarema**

**EVOLTZ VII FOZ DO IGUAÇU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
 CNPJ/MF: 08.806.925/0001-36 - NIRE: 33.3.0028204-1  
**Ata da AGO realizada em 15/07/2020: 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 15/07/2020, às 12h, na sede da **EVOLTZ VII Foz do Iguaçu Transmissora de Energia S.A.**, (“Cia.”), situada na Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, RJ, RJ – Brasil, CEP: 22775-022. **2. Presenças:** Registrada em livro próprio da Cia. a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. Presentes também, na qualidade de convidados, os Administradores da Cia. e o representante da firma de auditoria denominada Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **3. Publicações:** O relatório da administração, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019 e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 06/07/2020 no DOERJ, págs. 24 a 27, e no jornal Monitor Mercantil, págs. 14 a 17. **4. Convocação:** Dispensada a convocação na forma do art. 124 § 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia.. **5. Mesa:** Dentre os presentes foi convidado para presidir a mesa o Sr. João Pinheiro Nogueira Batista e, para secretariá-lo, a Sra. Renata Alvarez Vieira. **6. Ordem do Dia:** Conforme convocação enviada diretamente para os acionistas da Cia., fazem parte da Ordem do Dia os seguintes assuntos: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2019; (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2019; (iii) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; (iv) fixar a remuneração da Diretoria; e (v) fixar a remuneração do Conselho Fiscal. **7. Deliberações:** Superada a fase dos debates, foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas da Cia., as seguintes deliberações: **Em AGO:** (i) Uma vez tomadas as contas dos Administradores da Cia., foram aprovadas, sem ressalvas, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, bem como examinado o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2019. (ii) Aprovada a proposta da administração no sentido de que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2019, no montante de R\$ 860.424,09, seja destinado da seguinte forma: (i) R\$ 43.021,21 para constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 613.052,16 para constituição da Reserva de Retenção de Lucro; e (iii) R\$ 204.350,72, para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas. (iii) Os Acionistas presentes deliberaram pela não instalação do Conselho Fiscal no exercício de 2020, não sendo cabível, nesta ocasião, a eleição de seus membros. (iv) Aprovado o não pagamento de remuneração aos Diretores, neste exercício, tendo em vista que os mesmos já ocupam cargos na administração de outras sociedades pertencentes ao grupo econômico de sua acionista controladora e dela já percebem pagamento em montante suficiente à absoluta manutenção de suas remunerações globais. **8. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Cia. os documentos submetidos à apreciação prévia dos acionistas e demais participantes da presente Assembleia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que vai assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. A publicação da ata se dará conforme autorizado pela Assembleia nos termos do § 2º do art. 130 da Lei 6.404/76. **10. Assinaturas:** Mesa: **Presidente** – João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária – Renata Alvarez Vieira. (A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.) RJ, 15/07/2020. JUCERJA nº 3906451 em 31/07/2020.

**FRANCO BRASILEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA.**  
 CNPJ/MF Nº 33.074.741/0001-76 / NIRE Nº 33202740711  
**Edital de Convocação.** Ficam os Srs. Sócios da sociedade **Franco Brasileira Empreendimentos Ltda.** convocados para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada em 14/09/2020, na Rua Visconde de Pirajá, 577, sl. 407, Ipanema, RJ/RJ, em 1ª chamada às 18h:30, cuja instalação está sujeita à presença dos titulares de ½ do capital social da Sociedade, e em 2ª chamada às 19h:00, com a presença de qualquer número de sócios, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das contas da Sociedade em relação aos exercícios fiscais findos em 31/12/2018 e 2019; (ii) reeleição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Sociedade. RJ, 04/09/2020. **Carlos Eduardo Gonçalves Mc Courtney – Diretor Presidente**

**EVOLTZ V LONDRINA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
 CNPJ/MF: 08.232.879/0001-09 - NIRE: 33.3.0028141-0  
**Ata da AGO realizada em 15/07/2020: 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 15/07/2020, às 10h, na sede da **EVOLTZ V LONDRINA Transmissora de Energia S.A.**, (“Cia.”), situada na Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, RJ/RJ – Brasil, CEP: 22775-022. **2. Presenças:** Registrada em livro próprio da Cia a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. Presentes também, na qualidade de convidados, os Administradores da Cia e o representante da firma de auditoria denominada Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **3. Publicações:** O relatório da administração, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019 e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 06/07/2020 no DOERJ, págs. 16 a 19, e no jornal Monitor Mercantil, págs. 21 a 24. **4. Convocação:** Dispensada a convocação na forma do art. 124 § 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia. **5. Mesa:** Dentre os presentes foi convidado para presidir a mesa o Sr. João Pinheiro Nogueira Batista e, para secretariá-lo, a Sra. Renata Alvarez Vieira. **6. Ordem do Dia:** Conforme convocação enviada diretamente para os acionistas da Cia, fazem parte da Ordem do Dia os seguintes assuntos: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2019; (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2019; (iii) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; (iv) fixar a remuneração da Diretoria; e (v) fixar a remuneração do Conselho Fiscal. **7. Deliberações:** Superada a fase dos debates, foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas da Cia, as seguintes deliberações: **Em AGO:** (i) Uma vez tomadas as contas dos Administradores da Cia, foram aprovadas, sem ressalvas, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, bem como examinado o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2019. (ii) Aprovada a proposta da administração no sentido de que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2019, no montante de R\$ 2.736.007,20, seja destinado da seguinte forma: (i) R\$ 136.800,36 para constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 1.949.405,13 para constituição da Reserva de Retenção de Lucro; e (iii) R\$ 649.801,71, para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas. (iii) Os Acionistas presentes deliberaram pela não instalação do Conselho Fiscal no exercício de 2020, não sendo cabível, nesta ocasião, a eleição de seus membros. (iv) Aprovado o não pagamento de remuneração aos Diretores, neste exercício, tendo em vista que os mesmos já ocupam cargos na administração de outras sociedades pertencentes ao grupo econômico de sua acionista controladora e dela já percebem pagamento em montante suficiente à absoluta manutenção de suas remunerações globais. **8. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Cia os documentos submetidos à apreciação prévia dos acionistas e demais participantes da presente Assembleia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que vai assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. A publicação da ata se dará conforme autorizado pela Assembleia nos termos do § 2º do art. 130 da Lei 6.404/76. **10. Assinaturas:** Mesa: **Presidente** – João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária – Renata Alvarez Vieira. (A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.) RJ, 15/07/2020. Jucerja nº 3905999 em 30/07/2020.

**Quer saber o que acontece no Brasil e no mundo?**  
**monitordigital.com.br**  
 Escolha informação de verdade **Monitor digital**

## OPINIÃO DO ESPECIALISTA

## Fundos internacionais renderam até 75% este ano

Os investimentos feitos fora do Brasil, conhecidos como fundos internacionais, ainda são vistos como um patamar muito elevado para aqueles que estão iniciando no mercado financeiro, porém, nos últimos meses esse tipo de aplicação se tornou mais atrativa e palpável, com rentabilidade de até 75%, e a partir de R\$ 100 já é possível investir em fundos relacionados ao varejo, por exemplo.

Anteriormente, esse tipo de aplicação era restrito para investidores qualificados, que possuem mais de R\$ 1 milhão em ativos financeiros e também que concordavam sobre os riscos de mercado, por meio da assinatura de um termo.

Com a alta do dólar, de fevereiro até então, com a margem entre US\$ 5 e US\$ 5,80, ajudou na rentabilidade dos fundos internacionais, no que resultou em chamar a atenção de muitos investidores. Atualmente, os investimentos mínimos podem variar de R\$ 100 a R\$ 5 mil na maioria dos fundos.

Esse tipo de aplicação no exterior, dá acesso a outros mercados, sendo assim, eventuais riscos locais podem ser minimizados. Boa parte desses fundos capturam a valorização do dólar, e por esse motivo costumam gerar rentabilidade em um momento de crise, bem como a pandemia que estamos vivendo ou mesmo a alta estrutural do dólar, o que pode ser uma ótima opção para quem busca diversificar o portfólio de investimentos.

Com isso, é importante sempre estar de olho nos melhores fundos internacionais para se investir. De acordo com a XP Investimentos, de janeiro a agosto de 2020, os 14 melhores fundos, entre renda fixa, multimercados e ações foram:

Nomes dos fundos	Aplicação mínima	Rentabilidade (janeiro a agosto de 2020)
Morgan Stanley Global Opp. Dolar Adv.	R\$ 5.000,00	75,84%
Western Asset FIA BDR Nível I	R\$ 1.000,00	62,71%
Trend Bolsa Americana Dolar FIM	R\$ 100,00	48,97%
JP Morgan Dólar Global Macro Opp.	R\$ 5.000,00	45,93%
PIMCO Income Dólar FIC FIM IE	R\$ 25.000,00	39,17%
Western Asset Hegde Dólar FI Cambial	R\$ 5.000,00	37,74%
AXA WF Framlington Dig. Econ. Adv.	R\$ 5.000,00	25,99%
Trend Tecnologia FIM	R\$ 100,00	23,66%
Hashdex Criptoativos Discov. FIC FIM	R\$ 500,00	22,75%
AXA WF Framlington Robotech Adv.	R\$ 5.000,00	17,32%
Geo Empresas Globais FIC FIA IE	R\$ 5.000,00	17,21%
JP Morgan Global Macro Opp. Classe A	R\$ 5.000,00	5,86%
ANA WF US High Yield Bonds Adv.	R\$ 5.000,00	3,07%
Western Asset US Index 500 FIM	R\$ 1.000,00	2,63%

Temos três tipos de fundos internacionais, renda fixa (considerada a menos arriscada), multimercado (que pode investir em todas as classes de ativos) e as ações (que são direcionadas a investimentos em bolsas mundiais, como a americana e europeia).

Vale a pena ressaltar a diferença entre investir nos Estados Unidos e na Europa. Os fundos internacionais são divididos entre Single-Country, com maior aplicabilidade nos EUA, regionais, em que há investimentos em continentes como na América Latina, Europa e Ásia, e os globais, com alocação livre.

Para quem busca investir a curto prazo, é importante saber que existem duas categorias de fundos internacionais, os fundos que capturam a variação cambial, os dolarizados, no qual conseguem agregar variação, além da valorização dos ativos em carteira, por exemplo: em um ano, o índice de ações americanas, conhecido como S&P 500, valorizou cerca de 15%; porém fundos no Brasil que compraram ações americanas chegaram a valorizar mais de 70%, no mesmo período de 12 meses, em virtude da valorização adicional do dólar frente ao real.

O outro tipo é o hedge cambial, que não é dolarizado, portanto sem risco cambial.

□ Paulo Cunha

*Sócio-fundador e diretor-executivo da iHUB Investimentos, escritório afiliado à XP Investimentos.*

**CAJU PARTICIPAÇÕES S.A.**  
 CNPJ/ME nº 31.611.979/0001-68 - NIRE 33.2.1062362-1  
**Ata da AGO realizada em 12/08/20. Data, Horário e Local.** No dia 12/08/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia.. **Mesa:** Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Secretário: Felipe Franco da Silveira. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) o balancete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; (iv) a reeleição dos membros da Diretoria; e (v) outros assuntos de interesse social. **Deliberações.** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o balancete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19, o qual não foi publicado tendo em vista o patrimônio líquido da Cia. ser inferior a R\$ 10.000.000,00 e, portanto, ser dispensada da obrigação de publicação, conforme o art. 294 da Lei 6.404/76. (ii) Designar a ausência de resultado do exercício social findo em 31/12/19. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019 em até R\$ 100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Reeleger para o cargo de Diretor Presidente da Cia. o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0, IFP/RJ e CPF/MF 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Especifica da Cia. o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9, SSP/SP e CPF/MF 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Especifica da Cia. o Sr. **Rodrigo Brandão Feitosa**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 30.448.755, SSP/SP e CPF/MF 289.496.448-00, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. (v) Outros assuntos do interesse social: (a) Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o balancete da Cia.. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e (b) Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. RJ, 12/08/20. **Mesa:** **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente. Jucerja em 02/09/20 sob o nº 3927600. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

# Oferta de crédito consignado foi refutada por mais de 712 mil pessoas desde janeiro

## Foram punidos até julho 69 correspondentes bancários

Mais de 712 mil pessoas solicitaram, entre janeiro e julho deste ano, o bloqueio telefônico por meio da plataforma “Não me Perturbe” (<https://www.naomeperturbe.com.br>) para não receber ofertas de crédito consignado. A maior quantidade de pedidos foi realizada por moradores dos estados de Estado de São Paulo (30,8%), Rio de Janeiro (13%) e Minas Gerais (11%).

“O assédio comercial, especialmente a aposentados e pensionistas, para oferta de crédito consignado é uma prática inadmissível que deve ser fortemente combatida pelos bancos”, diz Isaac Sidney,

presidente da Febraban.

A criação de uma ferramenta por meio da qual clientes podem proibir instituições financeiras e correspondentes bancários de entrarem em contato proativamente com eles para oferecer crédito consignado é parte do Sistema de Autorregulação do Crédito Consignado.

Fruto de uma parceria entre a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) para dar mais transparência à oferta de crédito consignado e combater o assédio comercial e as más práticas relacionadas ao produto, as novas regras entraram em vigor em 2 de janeiro deste ano.

### Monitoramento

O sistema de autorregulação também monitora as reclamações de oferta inadequada do produto. Entre janeiro e julho, 69 correspondentes

bancários foram advertidos. Nos casos em que houve reincidências, os agentes tiveram suas atividades suspensas por 5, 10 ou 20 dias. Além de advertências e suspensões, a autorregulação prevê o cancelamento da autorização para que o correspondente ofereça crédito consignado em nome dos bancos.

“Proteção do consumidor também é responsabilidade do mercado e as instituições financeiras não compactuam com as más práticas. Os agentes que fazem uso delas estão sendo identificados e prontamente punidos de acordo com as regras da autorregulação do consignado”, reforça Sidney.

Os bancos que não aplicarem as sanções poderão ser multados por conduta omissiva, cujos valores variam de R\$ 45 mil até R\$ 1 milhão. As multas arrecadadas serão destinadas a projetos de educação financeira.

As desconformidades são

afetadas a partir da quantidade de reclamações procedentes registradas nos canais internos dos bancos ou recebidas pelos Procons, pelo Banco Central ou por intermédio do Consumidor.gov.br, além das ações judiciais. O volume de demandas é ponderado em relação à quantidade de contratos celebrados no período do monitoramento. As informações geram um indicador de qualidade do serviço prestado pelo correspondente.

A adesão à Autorregulação do Crédito Consignado é voluntária por parte dos bancos e reflete o compromisso com o consumidor e com o aperfeiçoamento da oferta do produto. As signatárias assumem a responsabilidade em respeitar as diretrizes que asseguram a melhoria da qualidade, transparência e segurança nos processos de oferta, contratação e portabilidade do crédito consignado.

# Crédito de programas não usado pode ser direcionado ao Pronampe

Os recursos destinados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante a pandemia de covid-19 e que não forem usados até o fim do ano deverão garantir operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A decisão foi veiculada pela Agência Senado nesta sexta-feira. O Projeto de Lei (PL) 4.139/2020 é apresentado

pelo senadores Confúcio Moura (MDB-RO), Esperidião Amin (PP-SC) e Kátia Abreu (PP-TO).

Pelo texto, serão alocados no Fundo Garantidor de Operações (FGO) — programa de garantia para instituições financeiras que emprestam recursos no âmbito do Pronampe — os valores dos programas emergenciais de crédito oferecidos pelo governo e não utilizados até 31 de dezembro de 2020, quando se encerra o período

de calamidade pública (de acordo com o Decreto Legislativo 6, de 2020). Essas operações também não terão mais prazo determinado para ocorrer, de acordo com o projeto. O FGO é administrado pelo Banco do Brasil.

Os bancos autorizados pelo Banco Central a operar no país serão obrigados a publicar em suas demonstrações financeiras trimestrais o fluxo e o saldo do volume de crédito destinado às microempresas e pequenas

empresas, assim como o percentual dessas operações em relação ao volume de crédito total.

Os autores do projeto avaliam que pouco se sabe acerca do crédito destinado especificamente para microempresas (com faturamento anual de até R\$ 360 mil), para microempresários individuais (com faturamento até R\$ 81 mil), e para empresas de pequeno porte, (com faturamento de até R\$ 4,8 milhões).

# Brasileiro segue fiel a caderneta de poupança

A caderneta de poupança voltou a atrair o interesse dos brasileiros. Em agosto, os investidores depositaram R\$ 11,4 bilhões a mais do que retiraram da aplicação, informou nesta sexta-feira o Banco Central. A captação líquida é oito vezes maior que a de agosto do ano passado, quando os brasileiros tinham depositado R\$ 1,31 bilhão a mais do que tinham sacado.

O resultado de agosto é o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. Com o resultado do mês passado, a poupança acumula entrada líquida de R\$ 123,98 bilhões nos oito primeiros meses do ano.

A aplicação tinha começado o ano no vermelho. Em janeiro e fevereiro, os brasileiros retiraram R\$ 15,93 bilhões a mais do que depositaram. A situação começou a mudar em março, com o início da pandemia da Covid-19, quando os depósitos passaram a superar os saques.

O interesse dos brasileiros na poupança se mantém apesar da recuperação da bolsa de valores nos últimos meses e da melhora das condições de outros investimentos, como títulos do Tesouro. Nos dois primeiros meses da pandemia, as turbulências no mercado finance-

ro fizeram investidores migrar para a caderneta.

### Rendimento

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança atraiu mais recursos mesmo com os juros básicos em queda. Com as recentes reduções na taxa Selic, o investimento está rendendo menos que a inflação.

Nos 12 meses terminados em agosto, a aplicação rendeu 2,9%, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que serve como prévia da inflação oficial, atingiu 2,28%. O IPCA cheio de junho será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 9.

Para este ano, o boletim Focus, pesquisa de instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 1,77% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com a atual fórmula, a poupança renderia 1,4% este ano, caso a Selic de 2% ao ano estivesse em vigor desde o início do ano. No entanto, como a taxa foi sendo reduzida ao longo dos últimos meses, o rendimento acumulado será um pouco maior.

**CASCADURA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 24.107.184/0001-51 - NIRE 33.3.0032353-8  
**Ata da AGO realizada em 01/09/20.** Data, Horário e Local. No dia 01/09/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. Convocação e Presença. Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa. Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) o Relatório de Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; e (iv) outros assuntos de interesse social. Deliberações. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício social findo em 31/12/19, publicados em 25/08/20 no DOERJ e no Monitor Mercantil. (ii) Considerando o lucro apurado no exercício social findo em 31/12/19 no valor de R\$ 17.951.000,00, aprovar a seguinte destinação: (a) o montante de R\$ 898.000,00 para a conta de reserva legal; (b) o montante de R\$ 1.206.000,00 para transações com acionistas de sociedade controlada pela Cia.; e (c) o montante remanescente para a conta de reserva de lucro. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019 em até R\$ 100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse social: (a) Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Cia. e o Parecer dos Auditores Independentes. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e (b) Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. RJ, 01/09/20. Mesa: **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente. Jucejerá em 02/09/20 sob o nº 3927508. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

**CACHAMBI PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 31.470.519/0001-67 - NIRE 33.3.0032868-8  
**Ata da AGO realizada em 12/08/20.** Data, Horário e Local. No dia 12/08/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, nº 25/1.804, Centro/RJ. Convocação e Presença. Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa. Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) o balançete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; (iv) a reeleição dos membros da Diretoria; e (v) outros assuntos de interesse social. Deliberações. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o balançete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19, o qual não foi publicado tendo em vista o patrimônio líquido da Cia. ser inferior a R\$10.000.000,00 e, portanto, ser dispensada da obrigação de publicação, conforme o art. 294 da Lei 6.404/76. (ii) Consignar a ausência de resultado do exercício social findo em 31/12/19. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019 em até R\$100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Reeleger para o cargo de Diretor Presidente da Cia. o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0- IFP/RJ e CPF/MF nº 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica da Cia. o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9- SSP/SP e CPF/MF nº 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica da Cia. o Sr. **Rodrigo Brandão Feitosa**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 30.448.755- SSP/SP e CPF/MF nº 289.496.448-00, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. (v) Outros assuntos de interesse social: a) Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o balançete da Cia. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e b) Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. RJ, 12/08/20. Mesa: **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente. Jucejerá em 02/09/20 sob o nº 3927383. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

**CLASH PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 15.797.646/0001-19 - NIRE 333.0030403-7  
**Ata da AGO realizada em 03/08/20.** Data, Horário e Local: 03/08/20, às 10h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, nº 25/1.804, Centro/RJ. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe Franco da Silveira. Convocação e Presença: dispensada a convocação diante da presença da totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) o Relatório da Administração, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes – SS e as Demonstrações Financeiras da Cia., do exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a remuneração global dos Diretores; e (iv) outros assuntos de interesse social. Deliberações: por unanimidade dos presentes, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto e sem qualquer manifestação, dissidência, reserva, oposição ou protesto dos presentes, deliberaram os acionistas: (i) Após apresentação e discussão, aprovar o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes – SS e as Demonstrações Financeiras da Cia., do exercício social findo em 31/12/19, publicados em 28/07/20, nos jornais DOERJ e Monitor Mercantil. (ii) Aprovar, conforme constante das Demonstrações Financeiras, o prejuízo apurado no exercício social findo em 31/12/19 no valor de R\$ 1.920.653,44, que será destinado para a conta de prejuízos acumulados. (iii) O valor de remuneração global dos Diretores será de até R\$ 100,00 até a próxima AGO da Cia., já incluídos os valores referentes aos benefícios e às verbas de representação. (iv) Outros assuntos de interesse social: a. Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Cia. e o parecer da BDO RCS Auditores Independentes – SS. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e b. Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. RJ, 03/08/20. Mesa: **Felipe Franco da Silveira** - Presidente. Jucejerá em 02/09/20 sob o nº 3927495. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

**ARMAÇÃO DOS BUZIOS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 29.883.406/0001-41 - NIRE 33.3.0032843-2  
**Ata da AGO realizada em 12/08/20.** Data, Horário e Local. No dia 12/08/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. Convocação e Presença. Dispensada a convocação prévia, nos termos do Art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa. Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) o balançete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; (iv) a reeleição dos membros da Diretoria; e (v) outros assuntos de interesse social. Deliberações. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o balançete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19, o qual não foi publicado tendo em vista o patrimônio líquido da Cia. ser inferior a R\$ 10.000.000,00 e, portanto, ser dispensada da obrigação de publicação, conforme o art. 294 da Lei 6.404/76. (ii) Consignar a ausência de resultado do exercício social findo em 31/12/19. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019 em até R\$ 100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do Art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Reeleger para o cargo de Diretor Presidente da Cia. o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0- IFP/RJ e CPF/MF nº 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica da Cia. o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9- SSP/SP e CPF/MF 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica da Cia. o Sr. **Rodrigo Brandão Feitosa**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 30.448.755- SSP/SP e CPF/MF 289.496.448-00, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. (v) Outros assuntos de interesse social: a) Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o balançete da Cia. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e b) Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. RJ, 12/08/20. Mesa: **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente. Jucejerá em 02/09/20 sob o nº 3927905. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

**SANTA TERESA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 20.324.450/0001-47 - NIRE 33.3.0031241-2  
**Ata da AGO realizada em 18/08/20.** Data, Horário e Local. No dia 18/08/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, nº 25/1.804, Centro/RJ. Convocação e Presença. Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia.. Mesa. Presidente: Rodrigo Brandão Feitosa. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) o Relatório de Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; e (iv) outros assuntos de interesse social. Deliberações. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício social findo em 31/12/19, publicados em 05/08/20 no DOERJ e no Monitor Mercantil. (ii) Considerando o prejuízo apurado no exercício social findo em 31/12/19 no valor de R\$1.563.000,00, aprovar a destinação do montante integral para a conta de prejuízos acumulados da Cia.. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2020 em até R\$100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse social: (a) Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Cia. e o Parecer dos Auditores Independentes. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e (b) Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. RJ, 18/08/20. Mesa: **Rodrigo Brandão Feitosa** - Presidente. Jucejerá em 04/09/20 sob o nº 3929073. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

**ANDARAÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 31.612.564/0001-09 - NIRE 33.3.0032917-0  
**Ata da AGO realizada em 12/08/20.** Data, Horário e Local. No dia 12/08/20, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. Convocação e Presença. Dispensada a convocação prévia, nos termos do Art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista o comparecimento de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa. Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Secretário: Felipe Franco da Silveira. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) o balançete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício retro mencionado; (iii) a fixação da remuneração dos membros da Diretoria; (iv) a reeleição dos membros da Diretoria; e (v) outros assuntos de interesse social. Deliberações. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: (i) Aprovar o balançete da Cia., referente ao exercício social findo em 31/12/19, o qual não foi publicado tendo em vista o patrimônio líquido da Cia. ser inferior a R\$ 10.000.000,00 e, portanto, ser dispensada da obrigação de publicação, conforme o art. 294 da Lei 6.404/76. (ii) Consignar a ausência de resultado do exercício social findo em 31/12/19. (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019 em até R\$ 100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do Art. 152, caput, da Lei 6.404/76. (iv) Reeleger para o cargo de Diretor Presidente da Cia. o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0- IFP/RJ e CPF/MF nº 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica da Cia. o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9- SSP/SP e CPF/MF nº 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. Reeleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica da Cia. o Sr. **Rodrigo Brandão Feitosa**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 30.448.755- SSP/SP e CPF/MF 289.496.448-00, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia. (v) Outros assuntos de interesse social: (a) Registrar que todos os acionistas receberam material de apoio para a Assembleia, em que constam o balançete da Cia. A unanimidade dos presentes aprovou integralmente o referido material, tendo uma cópia sido rubricada por todos para o arquivo na sede social; e (b) Por fim, a unanimidade dos presentes autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. RJ, 12/08/20. Mesa: **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente. Jucejerá em 02/09/20 sob o nº 3927341. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.